

# Autonomia do DF divide constituintes

Se a autonomia política pretendida pelo Distrito Federal for consenso na Comissão de Organização do Estado, certamente haverá divergências quanto a sua amplitude e forma. Mesmo entre os dois deputados de Brasília indicados para a comissão pelo PMDB, há pensamentos diversos. Francisco Carneiro defende uma "autonomia política, administrativa e financeira", porém subsidiada — já que o DF não tem condições de se manter com sua própria arrecadação — e deseja ver as cidades-satélites com Câmara de Vereadores e prefeitos, ao contrário do que pensa Sigmaringa Seixas, seu colega de comissão.

Para Sigmaringa, dar autonomia completa às satélites seria levá-las a um empobrecimento ainda maior, pois não teriam arrecadação suficiente para se manter. Já Carneiro é também um entusiasta da industrialização, assunto sobre o qual Sigmaringa mostra-se mais cauteloso. "Brasília é um entreposto, os produtos passam por aqui e vão ser industrializados em São Paulo. E preciso industrializar o entorno", define-se, citando o exemplo das 600 toneladas diárias de soja que o DF passará a esmagar e transformar em óleo, e que antes passavam por aqui rumo a outros parques industriais.

Carneiro propõe a autonomia total para as satélites, mas vê um meio-termo possível, com a eleição apenas de prefeitos e de um corpo legislativo onde cada cidade do DF tenha representação proporcional à sua população. "O DF terá o dobro de habitantes, ou mais do que isto, em 13 anos. Como uma pessoa só (no caso, o governador) vai

administrar tudo isto? Teremos cidades de cerca de 1 milhão de habitantes", argumenta. Sigmaringa propõe administradores eleitos e conselho de representantes idem, mas apenas um legislativo, com características de assembléia legislativa.

Ele alega também que o Distrito não arrecada tão pouco, ao contrário do que se costuma dizer. "Temos a quarta arrecadação de Imposto de Renda no País e a sétima de ICM", diz, concordando com o fato de que esta posição, em relação ao ICM, deve-se em grande parte ao imposto sobre o trigo importado, cobrado em Brasília por um artifício que vem dos tempos de JK e se destina a melhorar a receita local. Para defender a autonomia financeira empurrada por verbas federais, o deputado ressalta que Brasília presta serviços ao País e atende, em sua rede hospitalar, pacientes vindos de diversas regides. Sigmaringa acha coerente que se crie um mecanismo, como a destinação de determinado percentual do orçamento da União, para engordar as finanças brasilienses.



Sigmaringa Seixas